

Desenvolvimento Sustentável ou Mercantilização e Financeirização da Natureza?

Degson Ferreira

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - degsonfer@gmail.com

Resumo

Este trabalho teve como objetivo apresentar a abordagem heterodoxa do tema desenvolvimento sustentável não se limitando a apresentá-lo como uma panacéia para curar todos os males do mundo assim como proposto na Rio+20. Para tanto, sistematiza uma matriz teórica acerca do desenvolvimento sustentável, particularizando a incorporação desta temática nos processos organizacionais, bem como os seus aspectos históricos, avanços e retrocessos. Utilizou-se de uma pesquisa exploratória baseada na revisão da literatura existente acerca deste tema. Os resultados mostram que como pouco se avançou no que tange ao desenvolvimento sustentável nas últimas décadas, surgem ferramentas como o conceito de economia verde ou capitalismo verde, considerados como uma agenda política que quer preparar o território para a acumulação de capital por meio do controle da natureza e como a principal estratégia para a financeirização da natureza.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável; Abordagem Heterodoxa; Capitalismo Verde; Financeirização da Natureza.

Abstract

This work aims to present the heterodox approach of theme sustainable development do not limiting to present it as a panacea to cure all the ills of the world as has been proposed at Rio +20. For that, it is systematized a theoretical framework on sustainable development, emphasizing the incorporation this theme in organizational processes, as well as its historical aspects, advances and setbacks. To collect data, it is used an exploratory research based on a review of existing literature on the topic under discussion. The results show that as there has been little progress with regard to sustainable effectively development in the past decades, arise tools such as the concept of green economy or green capitalism, considered as a political agenda that wants to prepare the territory for the accumulation of capital by controlling the nature and as the main strategy for the commodification and financialization of nature.

Key-Words: Sustainable Development; Heterodox Approach; Green Capitalism; Financialization of Nature.

1. INTRODUÇÃO

O homem primitivo era nômade, sua economia baseava-se na caça, na pesca e na coleta. Com o domínio do fogo e o advento da agricultura, ele tornou-se sedentário, passando com suas ações a interferir, influenciar e alterar a natureza em favor de sua

subsistência, proteção e conforto. Após a Revolução Industrial sua atuação sobre o meio ambiente ficou mais agressiva (FOGLIATTI *et. al.*, 2008).

O progresso tecnológico alcançado pela humanidade no século passado foi superior a todo o progresso do homem ao longo da sua história. Paradoxalmente, a cada avanço dado no campo da ciência resultou também, de algum modo, em agressões ao meio ambiente (FOGLIATTI *et. al.*, 2008).

O motivo para isso é ter prestado atenção, prioritariamente, à geração de lucro sem se levar em consideração questões de ordem ambiental e social, a saber: de onde sai a maior parte da matéria prima e da energia necessária aos processos industriais? Para onde são destinados os resíduos resultantes e a energia dissipada pelas atividades humanas? Até aonde a tecnologia beneficia o ambiente e onde ela prejudica o social?

O progresso alcançado, a evolução da ciência e o desenvolvimento tecnológico da época da Revolução Industrial proporcionaram a melhoria das condições de vida do homem que reagiu com um crescimento populacional assustador, provocando maior extração de recursos naturais, bem com maior geração de resíduos, transformando o ambiente natural de forma irreversível (FOGLIATTI *et. al.*, 2008).

Nos 50 anos transcorridos desde de 1950 a 2000 a população mundial passou de 2,4 bilhões para 6 bilhões (FOGLIATTI *et. al.*, 2008), alcançando, em 2011, 7 bilhões de habitantes (ONU, 2012) e os recursos naturais, renováveis ou não, sofreram as consequências.

Estas consequências, geradas por acidentes ambientais de proporções globais e catastróficas, foram o desaparecimento de espécies e genes úteis à ciência, a presença de poluentes químicos no ar, a liberação de radiação no meio ambiente, aumento do efeito estufa com o crescimento do buraco na camada de ozônio com o conseqüente aumento de casos de câncer de pele, e mostraram à humanidade que os ecossistemas são frágeis.

Essa situação foi alavancada também por pressões exercidas por bancos de investimentos estrangeiros que privilegiam países que cuidam do meio ambiente. Isto fez com que a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável fossem adotados como os paradigmas do final do século XX e início do século XXI.

Tendo em vista estas breves considerações sobre o aumento populacional e as consequências do desenvolvimento tecnológico, este trabalho partiu de um desafio proposto em sala de aula na disciplina de Tópicos Avançados em Teoria das Organizações pelo prof. Dr. Fábio Vizeu e procurou responder a seguinte questão de pesquisa: qual a visão ou abordagem heterodoxa ou não predominante do tema desenvolvimento sustentável?

Em busca de respostas para esta pergunta, este trabalho teve como objetivo apresentar a visão ou abordagem heterodoxa ou não predominante do tema desenvolvimento sustentável não se limitando a apresentá-lo como uma panacéia para curar todos os males do mundo contemporâneo como tem sido proposto nos principais eventos que o abordam como, por exemplo, na Rio+20. Propõe-se ainda a abordar a perspectiva em que o desenvolvimento sustentável é incorporado nos processos de tomada de decisão industrial, bem como os aspectos históricos, avanços e retrocessos desta temática.

Para atingir tais objetivos, utiliza-se de uma pesquisa exploratória baseada na revisão da literatura existente acerca do assunto, além de coletar dados em diversas fontes como, por exemplo, artigos de revistas especializadas, livros, sites de fóruns, conferências e congressos específicos, relatório científico e técnico, sites de internet de forma geral, etc.

Este trabalho está estruturado em seis partes: a primeira contém esta breve introdução; a segunda delinea a incorporação do ambiente natural nos processos de tomada de decisão industrial; a terceira parte aborda os aspectos históricos do desenvolvimento sustentável; a quarta, distingue os avanços e retrocessos do desenvolvimento sustentável; a quinta destaca os pressupostos não dominantes do desenvolvimento sustentável; e a sexta apresenta as considerações finais do trabalho.

2. A INCORPORAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL NOS PROCESSOS DE DECISÃO INDUSTRIAL

Egri e Pinfield (1999) apresentam três perspectivas a respeito de ecoambientes: a perspectiva do paradigma social dominante, a do ambientalismo radical e a do ambientalismo renovado.

A perspectiva do paradigma social dominante (PSD) possui valores fortemente antropocêntricos e visualiza o progresso ilimitado resultante da exploração de recursos naturais infinitos. O PSD está intimamente associado às sociedades capitalistas ocidentais, nas quais imperam os princípios de “livre comércio” e de propriedade privada. O paradigma do ambientalismo radical possui valores biocêntricos e defende o “igualitarismo das bioespécies”, no qual o progresso econômico é negligenciado em favor da harmonia com a natureza, defende um equilíbrio entre os interesses da humanidade e da natureza.

O paradigma do ambientalismo renovado são perspectivas intermediárias e significa os graus de modificação dos valores antropocêntricos, a fim de incluir valores biocêntricos, na medida em que existe desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, a tecnologia é o veículo para o progresso científico e econômico, bem como o meio para detectar e gerenciar os riscos ambientais que ameaçam a sobrevivência humana e seu bem-estar.

Na perspectiva do ambientalismo renovado, a economia ecológica e a ecologia industrial representam dois meios pelos quais o ambiente natural é incorporado nos processos de tomada de decisão industrial. A economia ecológica pode ser utilizada para a quantificação das comparações entre benefícios e custos econômicos e ambientais e para a gestão do risco ambiental como, por exemplo, a determinação dos níveis ótimos de poluição e a compensação econômica pela depleção e/ou degradação dos recursos naturais.

A ecologia industrial está preocupada com os meios de alcançar sistemas de produção ambientalmente sustentáveis. Ela propõe que o impacto dos sistemas industriais no ambiente natural pode ser minimizado pela adoção dos princípios de gestão da qualidade total ambiental para produto e desenho de processo. Um aspecto importante da perspectiva do ambientalismo renovado é o conceito de *stakeholders*. Enquanto não se inclui, como *stakeholders* formais, o ambiente natural, reconhece-se, no

entanto, interesses públicos que buscam assegurar sustentabilidade ambiental a longo prazo.

O objetivo do desenvolvimento sustentável do ambientalismo renovado representa uma reconciliação entre crescimento econômico e a proteção ambiental nos níveis local, nacional e global (CAIRNCROSS, 1991 *apud* EGRI e PINFIELD, 1999).

De acordo com Egri e Pinfield (1999), proponentes do desenvolvimento sustentável identificam como sendo importante causa da degradação ambiental a distribuição desigual da riqueza econômica entre as nações industrializadas e os países do Terceiro Mundo. Economicamente empobrecidos, os países do Terceiro Mundo são incapazes de desenvolver ou comprar as tecnologias científicas para conservar e proteger seu ambiente natural. Nem podem dispor de recursos para evitar a exploração e exportação de seus recursos naturais, necessários para manter o alto padrão de vida das nações industrializadas (por exemplo, com apenas um quinto da população mundial, as nações industrializadas consomem quatro quintos do combustível fóssil e dos recursos produzidos em metais minerais).

Além disso, estilos e modos alternativos de desenvolvimento econômico, apropriados às culturas locais e ambientes biofísicos, necessitam ser desenvolvidos. Conseqüentemente, uma das preocupações do desenvolvimento sustentável é o gerenciamento dos bens de consumo, biorregionais e locais, mas não de forma isolada dos bens comuns globais – uma visão mais inclusiva do que o conceito biorregional fechado do ambientalismo radical.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apesar da preocupação pela qualidade e produtividade, o conceito de desenvolvimento sustentável é relativamente novo, tendo-se início a partir do reconhecimento da fragilidade dos ecossistemas e da necessidade da manutenção do equilíbrio destes.

Foi principalmente a partir dos anos 1970 que o alarme ecológico ganhou destaque no debate político internacional, reforçado por estudos como os de Rachel Carson que, em 1962, demonstrou os efeitos danosos do Dicloro-Difenil-Tricloroetano (“DDT”) sobre animais e seres humanos; e pelo relatório do Clube de Roma (VIZEU, MENEGHETTI e SEIFERT, 2012).

O Clube de Roma propôs a elaboração de um relatório, denominado *The Limits to Growth* e publicado em 1972, o qual procurava demonstrar que o planeta não suportaria o crescimento econômico e populacional assustador e ilimitado com base em recursos naturais finitos. Assim, os cientistas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) recomendaram uma política de crescimento zero, o que foi altamente contestado.

O ano de 1972 seria chave para as discussões das questões ambientais com o acontecimento da Conferência de Estocolmo (Suécia), primeira reunião de caráter oficial a tratar de assuntos ambientais, bem como da necessidade da erradicação das causas da pobreza, do analfabetismo e da poluição.

A partir dos anos 80, a sociedade volta a reagir face à contínua degradação ambiental com a criação pelas Nações Unidas, em 1983, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão de *Brundtland*. Essa comissão,

em 1987, publicou o chamado Relatório *Brundtland*, com o título *Nosso Futuro Comum*, onde introduziu o conceito de equidade entre ricos e pobres, países ricos e em desenvolvimento, além de mostrar uma relação de aproximação entre economia e ecologia.

No relatório *Brundtland*, o termo desenvolvimento sustentável foi pioneiramente definido como “o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atenderem às suas próprias necessidades”. O relatório sugeria que o “desenvolvimento sustentável” deveria ser reconhecido como o propósito orientador da ação política e econômica internacional (VIZEU, MENEGHETTI e SEIFERT, 2012). Como observa Boff (2012), desde então, a ideia de desenvolvimento sustentável ganhou espaço e foi rapidamente incorporada ao discurso governamental, ambientalista e empresarial.

Em 1989, a Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU) convocou as nações do mundo para a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida também como 1ª Conferência da Cúpula da Terra (*Earth Summit*) ou Eco-92, realizada no mês de junho de 1992, no Rio de Janeiro, para mostrar que a questão ambiental ultrapassava os limites das ações isoladas e localizadas para se constituir em uma preocupação de toda a humanidade.

Dez anos depois dessa 1ª Conferência, 97 governantes de todo o mundo reuniram-se em Johannesburgo, na África do Sul, para a realização da 2ª Conferência da Cúpula da Terra, denominada Rio+10, na que foram discutidas maneiras de alcançar o desenvolvimento sustentável, diminuindo a desigualdade social sem causar maiores prejuízos ambientais.

No dia 13 de junho de 2012 iniciou a Rio+20 que tinha como objetivo central que os governos renovassem o compromisso político com o desenvolvimento sustentável firmados anteriormente nas principais cúpulas sobre o tema, de forma a avaliar o progresso, identificar lacunas na implementação das decisões adotadas, além do estabelecimento de emergentes.

Em meio a uma recessão econômica global e mediante a constatação de que pouco se avançou no que tange ao desenvolvimento sustentável nas últimas décadas com uma contratendência em querer resolvê-lo, a conferência iniciou com elevado descrédito por parte da sociedade civil, dos meios de comunicação e da comunidade científica (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012).

Os temas de segurança alimentar, de insuficiência do Produto Interno Bruto (PIB), de credibilidade científica, de economia verde e de importância do setor privado para o desenvolvimento sustentável sobressaíram durante a cúpula de 2012.

Além disso, em relação às perspectivas da agenda internacional nos próximos anos, pelo artigo de Guimarães e Fontoura (2012) é possível concluir que atualmente o mundo enfrenta um *déficit* claramente político de implementação de decisões já adotadas reiteradamente. Em outras palavras, o maior desafio atual para o desenvolvimento sustentável é a incapacidade de ações concretas de atores específicos e claramente identificáveis.

4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AVANÇOS E RETROCESSOS

Dada a fragilidade de nossos sistemas vitais em nível planetário, ativistas e estudiosos são unânimes em advertir que nada menos do que uma nova ética planetária deve emergir se quisermos sobreviver como espécie (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012). Esta transição à sustentabilidade requer mudanças profundas no que se refere ao padrão cultural de articulação entre os seres humanos e a natureza.

O entendimento sobre a transição impõe o reconhecimento de que a humanidade aproxima-se rapidamente do esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, eticamente reprovável e culturalmente alienado (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012).

A evolução da percepção sobre os desafios atuais permite uma avaliação positiva a respeito do contexto internacional para o desenvolvimento sustentável. Foram consagrados novos conceitos em convenções e tratados multilaterais, tais como o princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, o de “quem contamina, paga” e o “princípio de precaução” (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012). Novos atores não estatais, privados e da sociedade civil (comunidade científica) foram incorporados aos circuitos de decisão e desempenharam um papel chave para que fosse possível a adoção da Convenção sobre Mudanças Climáticas.

De um ponto de vista não tão positivo, a evolução da agenda global relativa aos regimes internacionais, ambientais e de desenvolvimento sustentável, significou também novas ameaças e o ressurgimento de velhos espectros. É suficiente lembrar as advertências feitas em meados dos anos 90 no sentido de que as preocupações ambientais não dessem lugar à introdução de novas “condicionalidades” na ajuda oficial ao desenvolvimento. Por exemplo, se em Estocolmo os países desenvolvidos se comprometeram a destinar 0.7% do PIB à ajuda internacional, à época da Rio-92 os níveis de cooperação haviam sido reduzidos à metade. Cinco anos mais tarde, a ajuda para o desenvolvimento havia diminuído ainda mais, para níveis próximos aos 0.2% do PIB dos países desenvolvidos (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012).

Por outro lado, dentre os temas que se sobressaíram durante a cúpula de 2012, como mencionado anteriormente, a seguir passa-se a enfatizar o da segurança alimentar, o da credibilidade científica, o da economia verde e o da importância do setor privado para o desenvolvimento sustentável.

A segurança alimentar objetiva todo o processo em que o alimento é produzido, processado, distribuído, vendido e consumido. O estado de segurança alimentar global e nutrição continua a ser alarmante. Embora a produção mundial de alimentos tenha se mantido acima da demanda global por muitos anos, cerca de um bilhão de pessoas não possuem acesso à quantidade mínima de calorias diárias (Gráfico 1). Contraditoriamente, enquanto quase um bilhão de pessoas sofre deficiência mineral e vitamínica, um bilhão de pessoas sofre de excesso de peso e obesidade (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012).

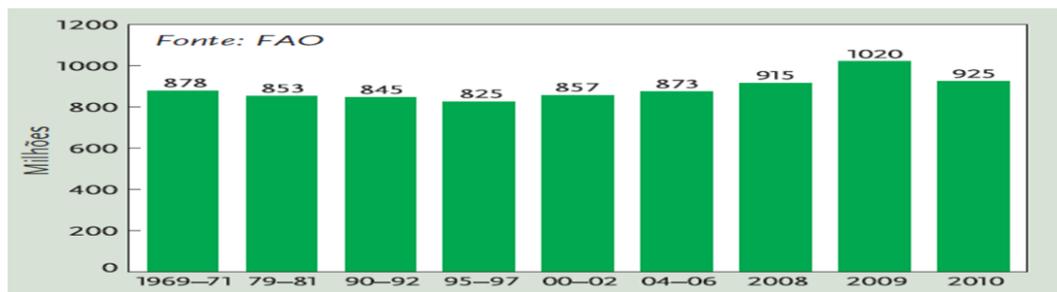


Gráfico 1– Número de Subnutridos no Mundo, 1969-2010
Fonte: FAO *apud* Relatório do Worldwatch Institute, 2011.

O número mundial de 2010 referente à fome representou uma diminuição de 7,5% (98 milhões) em relação aos níveis de 2009. Entretanto, na África subsaariana, um terço da população passou fome em 2010, e registrou um aumento no número total de pessoas famintas na última década (Tabela 1).

Tabela 1 – Situação da África Subsaariana em 2010

Indicador	Mundo	África Subsaariana
População	6,8 bilhões	863 milhões
Total de terra arável	1.380.515.270 hectares	179.197.800 hectares
Parcela da produção de alimentos detida por pequenos proprietários	70%	90%
População urbana	3,49 bilhões	324 milhões
Parcela da população urbana	51%	33%
Famintos	925 milhões (14%)	239 milhões (27%)
Crianças abaixo do peso	148 milhões (24%)	39 milhões (28%)
Idade média	29,1 anos	18,6 anos
Valor agregado da produção agrícola, <i>per capita</i> , entre 1961 e 2006	Aumento de 35%	Queda de 12%

Fonte: Adaptado de Relatório do Worldwatch Institute, 2011.

De modo geral, mulheres e crianças representam a maior proporção de pessoas sofrendo de fome crônica. De fato, mais de um terço da mortalidade infantil no mundo está relacionado à nutrição inadequada (Relatório do *Worldwatch Institute*, 2011).

Os altos preços dos alimentos e a baixa renda colocam famílias pobres em maior risco de não conseguir receber alimentação adequada para gestantes, bebês e crianças (Gráfico 2).

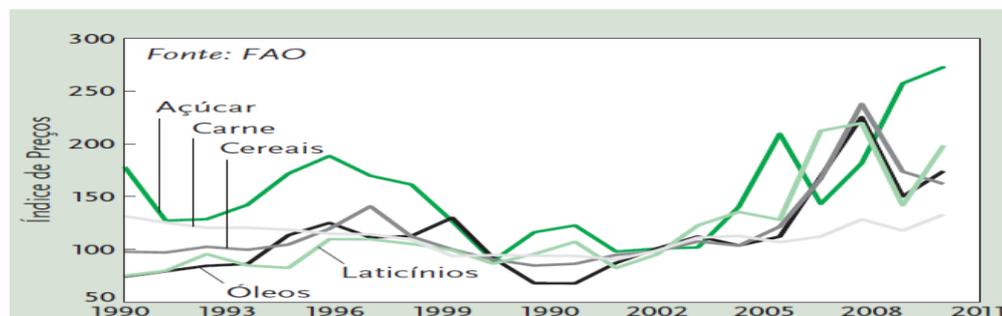


Gráfico 2 – Preço de Alimentos, 1990-2010
Fonte: Relatório do Worldwatch Institute, 2011.

As previsões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (OCDE-FAO) para a Agricultura 2013-2022 também apontam para um aumento dos preços globais dos alimentos, de 15% a 40%, causado por uma eventual seca generalizada como a do ano passado, bem como por falta de terras aráveis, alta dos custos de produção e o aumento das pressões ambientais. O crescimento anual da produção global de alimentos deve desacelerar na próxima década para 1,5%, segundo o estudo (OCDE-FAO, 2013).

Além disso, estima-se que em 2050 a população mundial seja de 9 bilhões de pessoas, o que requer um aumento de 70% da produção de alimentos (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012). Estima-se que o impacto da mudança climática na segurança alimentar seja cada vez maior em um futuro próximo (FAO, 2011).

A instabilidade no sistema alimentar fez com que este discurso fosse amplamente debatido durante a Rio+20. Tendo o Brasil como principal líder deste tema, foi acatada a decisão do Canadá e da Austrália de retirarem a menção à “soberania alimentar”, substituindo para “intensificação da produção sustentável de alimentos” (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012).

A realidade é que ao se abster de propostas reais e objetivas em prol da segurança alimentar, os governantes reafirmaram os interesses do agronegócio, modelo responsável por reduzir a mão de obra do campo gerando êxodo rural, aumentar a concentração de terras e utilização de agrotóxicos, contribuir para a privatização das sementes e produção de alimentos transgênicos. Já o modelo de soberania alimentar, proposto pelos principais eventos da sociedade civil global foi descartado pelos representantes dos governos.

A “credibilidade científica” foi outro discurso de destaque durante a Rio+20. Embora a comunidade científica não compartilhe de uma única opinião a respeito dos temas abordados na conferência, sua “credibilidade” emergiu como um discurso “legitimador” das futuras ações que a humanidade deve tomar em direção ao desenvolvimento sustentável.

Este discurso reforça a supremacia da ciência por meio de dois pressupostos básicos: a) a “verdade/solução” para o desenvolvimento sustentável está na ciência; b) se a solução da ciência é esta, então devemos acatá-la. Contudo, Guimarães e Fontoura (2012) afirmam que não existe neutralidade científica e um modelo generalizável para todas as realidades sociais.

Tal “credibilidade científica” foi apontada tanto nos meios de comunicação como nos eventos paralelos à cúpula dos povos e reforçado no evento oficial. O evento oficial declarou no documento final “O Futuro que Queremos” consideráveis referências à ciência, tais como: a) a necessidade de fortalecer a interface entre ciência e política pública promovendo a colaboração internacional para o desenvolvimento sustentável; b) o estabelecimento de um Fórum Político de Alto Nível, que fortaleça ainda mais a relação ciência-sociedade para o desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012).

Com maior visualização ao longo da Rio+20, a economia verde como ferramenta e instrumento para desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza foi o discurso que mais se propagou na conferência, tornando-se tema central de discussão entre os atores envolvidos. Tal repercussão fez com que temas como energia, florestas,

biodiversidade e saúde humana ficassem em segundo plano nos principais eventos durante a cúpula.

Embora não exista consenso em torno da economia verde, foi sugerido que ela harmoniza o desenvolvimento econômico e a melhoria ambiental, com aumento de renda, emprego e melhoria dos padrões de vida, com o uso sustentável do meio ambiente por meio do mecanismo de preço dos mercados.

De acordo com o relatório final da Rio+20, a economia verde

should contribute to eradicating poverty as well as sustained economic growth, enhancing social inclusion, improving human welfare and creating opportunities for employment and decent work for all, while maintaining the healthy functioning of the Earth's ecosystems (UNCSD, 2012, p. 9).

Liderado pela União Européia, e fortemente apoiado pela comunidade científica e pelo setor privado, este discurso passou a ser considerado pelos seus defensores como uma potencial solução para os desafios do desenvolvimento sustentável, aumentando, inclusive, a oferta de emprego em 500 milhões, evitando os potenciais riscos para o comércio internacional (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012).

Entretanto, Guimarães e Fontoura (2012) verificaram durante a pesquisa como as posições eram antagônicas em relação à economia verde. Contrária a este discurso, a Cúpula dos Povos destacou em sua declaração final que:

A atual fase financeira do capitalismo se expressa através da chamada economia verde e de velhos e novos mecanismos, tais como o aprofundamento do endividamento público-privado, o super-estímulo ao consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias, os mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros” (CÚPULA DOS POVOS, 2012, p. 1-2).

Nesse sentido, Misoczky e Böhm (2012) também fazem uma reflexão crítica sobre a evolução do discurso do desenvolvimento sustentável (entendido como a investida encoberta do capital sobre a natureza) à economia verde (entendida como a investida radical e aberta do capital sobre a natureza) relacionando-os a práticas fundamentalmente similares e contínuas que permitem ao capital cooptar conceitos inicialmente radicais, tais como sustentabilidade, de modo a incluí-los em sua lógica de acumulação.

Em suas análises dos diferentes dados coletados, Guimarães e Fontoura (2012) sustentam que: a) o tema economia verde está longe de ser uma unanimidade, uma vez que os países em desenvolvimento temem que este se estabeleça como mais uma “receita desenvolvimentista” regulada e controlada pelo “norte rico”; b) cada país ficou livre para determinar sua economia verde; c) independente de ser “verde” ou não, a lógica econômica é estabelecida com base nos mercados e nas oscilações dos preços; d) o discurso da economia verde favorece apenas os interesses do setor privado como canal privilegiado para o desenvolvimento sustentável. Estas questões levam os autores à seguinte pergunta: seria “*green economy*” (em português, economia verde) ou “*greed economy*” (em português, economia gananciosa)?

Segundo Guimarães e Fontoura (2012), a análise dos discursos na Rio+20 revela a importância do setor privado para o desenvolvimento sustentável como uma pré-dica subjacente às demais. Pela análise dos mencionados autores foi possível identificar no documento final a menção ao setor privado mais de vinte vezes ao longo do texto, como agentes que devem se engajar para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado em “todos” os seus principais temas (exemplo, saúde humana, segurança alimentar, mudança climática, biodiversidade, florestas).

Some-se a isto o destaque ao comércio reforçado no documento oficial:

We reaffirm that international trade is an engine for development and sustained economic growth, and also reaffirm the critical role that a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system, as well as meaningful trade liberalization, can play in stimulating economic growth and development worldwide, thereby benefiting all countries at all stages of development, as they advance towards sustainable development (UNCSD, 2012, p.52).

Verifica-se no trecho acima a reafirmação dos valores neoliberais pelos governantes e pela ONU. Tais valores favorecem apenas às grandes corporações privadas dos países desenvolvidos, uma vez que se beneficiarão do modelo de “financiamento” da natureza para o interesse de seus negócios com o rótulo “verde”, além de não terem nenhuma obrigação concreta e específica de alterar seus atuais padrões de produção, gestão, distribuição e contribuição social (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012).

Tanto o discurso sobre a importância do setor privado como o discurso hegemônico na Rio+20 reiteram o poderio das grandes organizações privadas do “norte” e seus interesses de negócio, as quais já demonstraram ter o lucro como principal estratégia inibidora do desenvolvimento sustentável ao longo destas últimas décadas (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012).

Sobressaiu-se, assim, a reafirmação dos valores econômicos com base no capitalismo neoliberal (principais responsáveis pelas crises econômicas, ambientais e sociais) como principal resultado da Rio+20, ressaltando o poder do setor privado e dos interesses dos países desenvolvidos na atual governança ambiental global.

5. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ECONOMIA VERDE OU MERCANTILIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA?

Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) esclarecem que em meados dos anos 1990, o conceito de desenvolvimento sustentável foi traduzido pelo consultor Britânico John Elkington no modelo que contemporaneamente tem orientado a ação e prática empresarial para a sustentabilidade.

Assim, a atividade corporativa orientada pela lógica do desenvolvimento sustentável é aquela que, ao mesmo tempo, proporciona lucros, é socialmente justa e ambientalmente correta. Esse modelo ficou conhecido como o tripé do desenvolvimento sustentável ou *Triple Bottom Line (3BL): Profits, People, Planet*, amarrando num único conceito os ideais da prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social. Mais precisamente, presume que o sucesso de uma organização empresarial deve ser

mensurado não apenas em face de variáveis financeiras, mas também pelo seu desempenho social e ambiental.

Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) destacam que em sua versão sustentável, o ideal desenvolvimentista do modo de produção capitalista pressupõe a possibilidade do aumento da riqueza e prosperidade social sem que isto necessariamente implique aumento da degradação ambiental e das injustiças sociais.

Entretanto, alertam que essa pretensão do sistema capitalista é essencialmente utópica, tendo em vista que, considerando seus fundamentos históricos, os princípios de sustentação social e política do capitalismo tardio são irreconciliáveis com a apropriada atenção aos problemas ecológicos e sociais contemporâneos. Os pressupostos do desenvolvimento sustentável não rompem com a ideologia do crescimento organizacional.

De acordo, ainda, com Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) não obstante seu compromisso com a justiça social, os pressupostos dominantes do desenvolvimento sustentável ignoram o fato de a organização capitalista se estabelecer em princípios de desigualdade tipicamente expressos na apropriação dos meios de produção, divisão do trabalho, especialização e hierarquização. Desta forma, ignoram que em sua estrutura, as organizações capitalistas carecem de solidariedade interna uma vez que legitima a distribuição dos resultados da atividade empresarial de forma desproporcional em favor dos níveis superiores de direção. Por exemplo, enquanto em 1965 a média salarial de um *Chief Executive Officer* (CEO) nos Estados Unidos era de aproximadamente 24 vezes maior que a do trabalhador médio em 2009, essa razão subiu para 185 vezes, tendo atingido 300 vezes em 2000 (*ECONOMIC POLICY INSTITUTE, 2011 apud VIZEU, MENEGHETTI e SEIFERT, 2012*).

Misoczky e Böhm (2012, p. 3) também comentam que Smith (1984, p. 97) cunhou a expressão “inscrição do capital na paisagem” para se referir aos modos como o capitalismo impactava a natureza. O capitalismo verde pode ser considerado como um meio de mitigar os impactos ambientais da exploração capitalista da natureza, ou criticado como um mero portfólio ambiental para a exploração sustentada. “Ele tem se tornando nada menos que a principal estratégia para a mercantilização e financeirização da natureza, intensificando de modo radical a penetração do capital sobre a natureza” (SMITH, 2007, p. 20, *apud MISOCZKY e BÖHM, 2012, p. 3*).

Misoczky e Böhm (2012) citam que James O’Connor, escrevendo em 1994, já reconhecia que a natureza precisava ser capitalizada e o capital ecologizado de novos modos. Nessa fase ecológica do capitalismo, o capital é tomado como medida da degradação ambiental que ele mesmo produz. Acabamos, assim, presos em uma espécie de armadilha tautológica. Escrevendo especificamente sobre a Eco-92, o autor registra que quando o capital é natureza e a natureza é capital, e os termos se tornam intercambiáveis”, a reprodução do capital se torna sinônimo de salvar a natureza e o planeta como um todo, que é nosso capital, precisa ser sustentavelmente gerenciável.

Para Misoczky e Böhm (2012) no Relatório *Brundtland* (WCED, 1987) se encontra o argumento central de que a melhor maneira de responder aos desafios colocados pela destruição ambiental e pela pobreza era com mais crescimento. Diante das críticas crescentes contra a ideia do crescimento ilimitado em um planeta limitado, foi produzido,

de acordo com Lander (2011, p. 1, *apud* MISOCZKY e BÖHM, 2012, p. 3), um ato de “extraordinário malabarismo conceitual” na concepção da expressão “desenvolvimento sustentável”.

O conceito mistura as características técnicas de um caminho particular de desenvolvimento com uma injunção moral que o define como a escolha ótima para toda e qualquer sociedade. Entretanto, essa ambiguidade do termo desenvolvimento encobriu a inexistência de conexões automáticas e consistentes com a proteção ambiental.

Essa ambiguidade se expressa nos acordos produzidos no Rio de Janeiro: por um lado, a convocação para uma virada ecológica e, por outro, a subscrição da necessidade de crescimento econômico, livre-comércio, privatização e desregulamentação. Assim, parafraseando Martin O’Connor (1994, p. 158) citado em Misoczky e Böhm (2012, p. 3) é preciso prestar atenção à “natureza capitalista”, uma natureza reconstituída biológica e fisicamente, política e ideologicamente, pelo capital “à sua própria imagem e semelhança”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar a visão ou abordagem heterodoxa ou não predominante do tema desenvolvimento sustentável não se limitando a apresentá-lo como uma panacéia para curar todos os males do mundo contemporâneo como tem sido proposto nos principais eventos que o abordam como, por exemplo, na Rio+20.

Com a finalidade de abordar a perspectiva em que o desenvolvimento sustentável foi incorporado nos processos de tomada de decisão industrial, analisou a perspectiva do ambientalismo renovado como o meio pelo qual este conceito foi introduzido nos processos de decisões organizacionais. Isto porque o paradigma do ambientalismo renovado são perspectivas intermediárias e significa os níveis de modificação dos valores antropocêntricos, a fim de incluir valores biocêntricos também, na medida em que exista desenvolvimento sustentável. Em outros termos, esse paradigma representa a possibilidade de uma reconciliação entre crescimento econômico, aumento de riqueza e prosperidade social e a proteção, mitigação e melhoria ambiental nos níveis local, nacional e global, bem como redução das injustiças sociais.

Analisando os aspectos históricos do desenvolvimento sustentável, constatou-se que apesar do conceito ser relativamente novo, tendo-se início a partir do reconhecimento da fragilidade dos ecossistemas e da necessidade da manutenção do equilíbrio destes, e ter sido objeto de preocupações desde a década de 1970 e de vários debates em Congressos e Fóruns específicos desde a década de 1980, em 2012, na Rio+20, pôde-se verificar que pouco se avançou no que tange ao desenvolvimento sustentável nas últimas décadas com uma contratendência em querer resolvê-lo, além desta conferência ter iniciado com elevado descrédito por parte da sociedade civil, dos meios de comunicação e da comunidade científica.

Ao abordar os avanços e retrocessos do desenvolvimento sustentável, a evolução da percepção sobre os desafios atuais permite uma avaliação positiva a respeito do contexto internacional. Foram consagrados novos conceitos em convenções e tratados multilaterais, tais como o princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, o de “quem contamina, paga” e o “princípio de precaução”. Novos atores não estatais,

privados e da sociedade civil (comunidade científica) foram incorporados aos circuitos de decisão.

Sob uma ótica não tão positiva, a evolução da agenda global relativa aos regimes internacionais, ambientais e de desenvolvimento sustentável, significou também novas ameaças e o ressurgimento de velhos espectros. Basta considerar que, se em Estocolmo os países desenvolvidos se comprometeram a destinar 0.7% do PIB à ajuda internacional, à época da Rio-92 os níveis de cooperação haviam sido reduzidos à metade. Cinco anos mais tarde, a ajuda para o desenvolvimento havia diminuído ainda mais, para níveis próximos aos 0.2% do PIB dos países desenvolvidos, um nível de compromisso financeiro que permanece praticamente inalterado até os dias de hoje.

Como pouco se avançou no que tange ao desenvolvimento sustentável nas últimas décadas, o que não falta é ferramenta e instrumento para tentar implementá-lo. E uma dessas ferramentas é o conceito de economia verde, visualizada como uma agenda política que quer preparar o território para a acumulação de capital por meio do controle da natureza, que vai agravar os problemas já existentes no campo, como a grilagem, despejos da população original e concentração de terras.

Assim, o capitalismo verde pode ser considerado como um meio de mitigar os impactos ambientais da exploração capitalista da natureza, ou criticado como um mero portfólio ambiental para a exploração sustentada. Ele tem se tornando nada menos que a principal estratégia para a mercantilização e financeirização da natureza, intensificando de modo radical a penetração do capital sobre a natureza.

Para finalizar, cabe importante destacar um pensamento de Lewis (1947, p. 69): “o que nós chamamos de poder do Homem sobre a Natureza é de fato o poder de alguns homens sobre outros homens, usando a natureza como seu instrumento”.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é – o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CÚPULA DOS POVOS. **Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20**. Disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/2012/06/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio20-2/>>. Acesso em: 31 mai. 2013.

EGRI, Carolyn P.; PINFIELD, Laerence T.. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente, 1999. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; WALTER, R. Nord (orgs.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. Vol. 1, 5ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

Food and Agriculture Organization (FAO). **The State of Food Insecurity in the World: How does international price volatility affect domestic economies and food security?**. Rome: FAO, 2011.

FOGLIATTI, Maria Cristina et. al.. **Sistema de Gestão Ambiental para Empresas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2008.

GUIMARÃES, Roberto; FONTOURA, Yuna. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cad. EBAPE.BR/FGV**, v. 10, nº 3, artigo 3, Rio de Janeiro, Set. 2012, p.508–532.

LEWIS, C. The Abolition of Man. Nova York: MacMillan, 1947. In: GUIMARÃES, Roberto; FONTOURA, Yuna. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cad. EBAPE.BR/FGV**, v. 10, nº 3, artigo 3, Rio de Janeiro, Set. 2012, p.508–532.

MISOCZKY, Maria Ceci; BÖHM, Steffen. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cad. EBAPE.BR/FGV**, v. 10, nº 3, artigo 5, Rio de Janeiro, Set. 2012, p. 546–568.

Organisation for Economic Co-operation and Development/Food and Agriculture Organization of the United Nations (2013). **OECD-FAO Agricultural Outlook, 2013**. OECD Publishing. Disponível em: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oeed/agriculture-and-food/oeed-fao-agricultural-outlook2013_agr_outlook-2013-em>. Acesso em: 08 jul. 2013.

Organização das Nações Unidas (ONU). **A ONU e a população mundial**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-populacao-mundial/>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

Relatório do Worldwatch Institute. **Estado do Mundo: inovações que nutrem o planeta**. Universidade Livre da Mata Atlântica (UMA), 2011.

United Nations Conference on Sustainable Development (UNCSD). **The future we want**. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2013.

VIZEU, Fábio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR/FGV**, v. 10, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2012 , p. 570-583.